

TERRITORIALIDADES DE ESPAÇOS PRÓPRIOS NA AMÉRICA LATINA: APROXIMAÇÃO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS ALTERNATIVOS, CONTRA-HEGEMÔNICOS E AÇÃO COLETIVA

Territorialities of own spaces in Latin America: an approach to the constitution of spaces for alternative, counter-hegemonic and collective actions

Territorialités des espaces propres en Amérique Latine : une approche a la constitution des espaces alternatifs, contre-hégémoniques et de l'action collective

Álvaro Luiz Heidrich

*Professor Titular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil – alvaro.heidrich@gmail.com

Recebido em 08/01/2026. Aceito para publicação em 26/02/2026.
Versão online publicada em 11/05/2026 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Com base na análise de artigos científicos em periódicos latino-americanos, sobre territorialidades humanas em escala local, elabora-se uma interpretação para o entendimento da constituição de espaços apropriados por grupos, comunidades e instituições em alternativa às tendências dominantes de reprodução do espaço. A pesquisa que embasa esta interpretação tem como ponto de partida a compreensão de que a apropriação do espaço, uma expressão usual que caracteriza usos, práticas espaciais e imaginários interligados, em âmbitos local e regional é capaz de produzir ou (re)estabelecer arranjo singular e destoante em relação às estruturas e dinâmicas globais. Para tanto, recorreu-se à seleção, leitura e análise de relatos de pesquisa publicados, de periódicos de Geografia, História e Ciências Sociais latino-americanos disponíveis pela plataforma Scielo, compondo um total de 27 revistas científicas de 7 países. O corpus analítico foi obtido por meio do software de acesso livre AntConc, utilizando-se de filtros previamente estabelecidos por termos alçados em discussão teórica sobre o tema, chegando-se ao conjunto de 114 artigos. Com a interpretação alcançada, pode-se reunir referências sobre seis grandes grupos de situações vividas, que revelam conquistas, tensões ou conflitos e algumas perdas dessas territorialidades locais.

Palavras-chave: Espaços apropriados. Territorialidades locais. Presença. Práticas espaciais. Imaginários.

Abstract:

Based on the analysis of scientific articles in Latin American journals on human territorialities at a local level, this study develops an interpretation to understand the constitution of spaces appropriated by groups, communities and institutions as an alternative to dominant tendencies in the reproduction of space. The research supporting this interpretation takes as its starting point the understanding that the appropriation of space, a common expression that characterizes uses, spatial practices and interconnected imaginaries at both local and regional levels, is capable of producing or (re)establishing a singular and discordant arrangement in relation to global structures and dynamics. To this end, this article resorts to the selection, reading and analysis of published research reports in Latin American journals of Geography, History and Social Sciences available on the Scielo platform, totaling 27 scientific journals from seven countries. The analytical corpus was obtained using the open access software AntConc, employing filters previously established by terms raised in theoretical discussion on the topic, obtaining a final set of 114 articles. With the interpretation achieved, it is possible to gather references on six major groups of situations experienced, which reveal achievements, tensions or conflicts, and some losses of these local territorialities.

Keywords: Appropriated spaces. Local territorialities. Presence. Spatial practices. Imaginaries.

Résumé :

À partir de l'analyse d'articles scientifiques trouvés dans des journaux latino-américains sur les territorialités humaines à l'échelle locale, on développe une interprétation dans le but de comprendre la constitution d'espaces appropriés par des groupes, des communautés et des institutions comme alternative aux tendances dominantes de reproduction des espaces. La recherche qui soutient cette interprétation a pour point de départ la compréhension que l'appropriation des espaces, expression commune qui caractérise des usages, des pratiques spatiales et des imaginaires interconnectés aux niveaux local et régional, est capable de produire ou de (ré)établir une disposition singulière et discordante en ce qui concerne les structures et la dynamique mondiales. Pour cela faire, on a sélectionné, lu et analysé des rapports de recherche publiées et des journaux latino-américains de géographie, d'histoire et de sciences sociales disponibles sur la plateforme Scielo, totalisant 27 journaux scientifiques de sept pays. Le corpus de cette analyse a été obtenu grâce au logiciel en accès libre AntConc, en utilisant des filtres préalablement établis par termes soulevés lors de discussions théoriques sur le sujet, pour attendre un ensemble de 114 articles. L'interprétation réalisée permet de rassembler des références sur six grands groupes de situations vécues, qui révèlent des acquis, des tensions ou des conflits, ainsi que certaines pertes de ces territorialités locales.

Mots clés : Espaces appropriés. Territorialités locales. Présence. Pratiques spatiales. Imaginaires.

1. Introdução

Neste artigo, tenho o objetivo de expor análises e resultados de pesquisas latino-americanas sobre territorialidades humanas em escala local, nas quais os atores (grupos, comunidades e instituições) se constituem como sujeitos atuantes diretamente envolvidos com as práticas espaciais geralmente em tensão com as territorialidades hegemônicas. O estudo tem como ponto de partida a discussão sobre vínculos territoriais, termo que orientou o levantamento e a análise na Geografia brasileira. Entende-se que o *vínculo territorial* permite identificar situações de territorialidades locais, em espacial as de constituição de um *espaço próprio*, assim como pelo amplo quadro de contradições com as territorialidades hegemônicas¹.

A expressão *vínculo territorial* tem servido como um importante operador conceitual, podendo ser encontrada como referente teórico e empírico (Bonnemaison; Cambrézy, 1996; Vermeersch, 2003) e nas análises e discussões sobre a ligação de grupos e comunidades com seus espaços de vivência (Lima; Gianasi, 2011; Buth; Correa, 2006; Martin, 2002). O seu significado nos aproxima da compreensão de que as territorialidades locais expressam práticas possíveis de apropriação do espaço. Nesta pesquisa adota-se esta expressão como um termo que possui três variantes significados conceituais.

Para Henri Lefebvre (2013), a apropriação do espaço se dá com a efetiva atuação de um grupo, classe ou agente mediante a sua capacidade criativa na formulação de um espaço próprio. Pela qualidade de uma efetiva apropriação, entende-se como a elaboração de um

¹ Como se vê em Heidrich (2021a), Goetttert e Mondardo (2009), entende-se por territorialidades hegemônicas aquelas em que os processos de dominação prevalecem, como pelas regulações definidoras dos usos do território a favor da reprodução dos grandes capitais.

espaço adaptado para o viver, acompanhado pela imaginação sobre o que se vive no lugar apropriado e com seus usos associados. Nesta acepção ela se põe em conflito com a reprodução das relações sociais sujeitas à ordem capitalista. Pierre Bourdieu (2013), porém, não a vê em antagonismo com a dominação, como nos argumentos expostos por Lefebvre. Conforme seu argumento, ela se combina a práticas de estilos de vida, os quais geralmente reproduzem esquemas de ocupação de posições no espaço social e se associam a posses de capitais (econômico, social e cultural). Temos visto, contudo, que nas bases teóricas de Geografia Humana a apropriação do espaço é o que resulta em território², contendo nesse espaço todas as relações e objetos, todos os conflitos e desigualdades, tendo ele, porém, um vínculo de presença humana, de poder político e de uso econômico: é o espaço apropriado coletivamente por um grupo, um povo ou até mesmo o Estado (Claval, 1996).

Em função de tais significados conceituais distintos, é importante considerar o contexto linguístico no qual a expressão *apropriação do espaço* se situa.

Com bastante evidência, seja em qualquer uma [das] formulações ou por apenas uma noção, a apropriação é ação em espaço. Mas, de qual sujeito? E, além do sujeito, de um grupo, comunidade ou uma classe social, há o problema da escala – da amplitude em que ela se realiza. Assim, a natureza do vínculo com o espaço que faz uma pequena comunidade e uma sociedade nacional seria o mesmo? Como se dá a apropriação do espaço nessas diferentes escalas? (Heidrich, 2021a, p. 67-68)

Quando um grupo ocupa, faz uso e concebe um pequeno espaço, à revelia das ordens maiores, das formalidades e das estruturas organizadas para a reprodução hegemônica, de acordo com as ideias de Lefebvre, de fato estaria havendo ali a autêntica apropriação e, por isso mesmo, o tensionamento com o espaço geral. Sendo deste modo, a unicidade da ação originada pelo ator endógeno nos situa em escala local. Quando se tem, por outro lado, o uso da representação para gerar a identidade dos diferentes e desiguais num plano de apropriação como um território e uma sociedade nacional, alguma coisa aí não se revela e, na verdade, se obscurece (Heidrich,

² De modo distintivo, Rogério Haesbaert compreende o território tanto pela apropriação como pela relação de dominação, desdobrando-se “ao longo de um *“continuum”* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (2004, 95). Em nossa interpretação, assim como também pelo argumento de Henri Lefebvre (2013), a apropriação também é prática, como a ocupação e “construção” de lugares, em aliança com os usos, as ideias e as imaginações. O que faz, em nosso entendimento, o território ser associado à dominação, não são exatamente as relações “sistêmicas” da reprodução econômica, mas sim a vinculação dos grupos humanos a um “interesse geral” da sociedade a que pertencemos, por meio de representações desse interesse a um “território de todos”. Ou seja, pelo entendimento de que fazem parte ativamente das territorialidades formais, como o Estado. O problema é que neste caso, não necessariamente somos os atores condutores da apropriação, mas seus agentes de reprodução. Ver aspectos dessa discussão em Heidrich (2017, 2021a, 2021b) e em Führ, Araújo, Heidrich (2022).

2021a).

Na pesquisa que aqui se relata compreendeu-se que uma adoção conceitual restrita associada aos termos de busca para a reunião do corpus analítico restringiria situações práticas possíveis de serem abarcadas por contextos de significado. Configura-se, portanto, a necessidade de que se acolha a referida expressão, a palavra, por meio de significantes afins. Principalmente pelo fato de que não se objetiva a seleção das situações a partir de recortes conhecidos previamente. Ao contrário, quer-se encontrar e conhecer as variantes situações.

A fim de encaminhar essa explanação, o que segue estrutura-se três tópicos. Primeiramente, trato do arranjo metodológico em que se amarra a orientação teórica aos procedimentos de busca que alcançaram o corpus analítico da investigação. Em sequência, o tópico seguinte traz a discussão dos resultados, reunindo a amplitude das situações e práticas de construção de espaços próprios em seis agrupamentos. Por fim, nas considerações finais, esboça-se a compreensão geral sobre a questão investigada.

2. Contexto metodológico

O contexto desta análise origina-se de investigação sobre a relação entre humanos e seus espaços de vivência em escala local, quando diretamente manifestam suas presenças e exercem práticas e compreensões dessa relação. Os vínculos territoriais, como foi possível entender, refletem algum estágio de um amplo espectro de apropriação do espaço, possibilitado por elos de presença, práticas espaciais e imaginários a eles associados (Heidrich, 2006; 2017). Em pesquisa mais recente, foi possível observar aspectos importantes sobre essas territorialidades em estudos de Geografia no espaço brasileiro, nos quais se considerou a apropriação do espaço e o conflito envolvido nesse processo. De modo geral, pode-se identificar territorialidades locais que dialogam com seus espaços de contexto próximos e distantes e, em variadas situações de tensão com territorialidades hegemônicas. Por sua vez, com os casos encontrados na atual pesquisa, ampliam-se aquelas observações, agora, para o espaço latino-americano, estudo orientado para o recolhimento de situações possíveis de constituição de um espaço próprio por seus grupos ou comunidades.

O esboço metodológico adotado desta pesquisa contou com o apoio do software *AntConc* para a seleção dos artigos. Serviram de base para a busca o uso dos seguintes termos com ênfase na discussão teórica trazida no projeto: apropriação do espaço, comunidades locais, conflitos territoriais, espaço social, exclusão e inclusão social, territorialidade, identidade territorial,

práticas sócio-espaciais, território, e vínculos territoriais³. Em face da multiplicidade da captura encontrada, projetou-se, então, a seguinte hierarquia:

- Termos principais (mais recorrentes e referentes da discussão teórica e universo empírico presente na pesquisa): vínculo territorial, apropriação do espaço, lugar e comunidade local.
- Termos associados, divididos em três conjuntos pertinentes ao conceito de vínculos territoriais:
 - Presença: lugar, posse, ocupação, assentamento, terra indígena e territorialidades negras.
 - Imaginários: representações, ideias, pertencimento, identidade e concepção.
 - Práticas espaciais: ações e ativismo, atitudes, construções, apropriação e cotidiano.
- Por fim, também se considerou o entrechoque das territorialidades locais com as territorialidades hegemônicas, mediante a combinação dos termos: conflito territorial, comunidade local e a dinâmica TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização).

Foram selecionados artigos de Geografia, Ciências Sociais e História publicados entre 2010 e 2020 na plataforma Scielo. Mediante a utilização de tais filtros, obteve-se uma seleção de 27 periódicos⁴ e um total de 114 artigos identificados com o tema para serem analisados e discutidos.

São sete os países com os referidos periódicos, sendo México, Brasil e Colômbia os de maior número, e Brasil, México e Argentina os países com maior quantidade de publicações (Tabela 1). Os temas dos artigos retratam as situações, meios e tensões pelas quais passam os grupos e comunidades no processo de constituição de seus espaços próprios⁵.

A referida classificação responde àquilo que se manifestou de modo predominante nos artigos analisados. Contudo, algumas situações trazem aspectos também existentes em outros agrupamentos. Ou seja, as qualificações encontradas estão presentes por todo o conjunto das

³ Bem como a tradução destes para o espanhol.

⁴ São os seguintes periódicos:: Estudios Socioterritoriales, Folia Histórica e Mundo Agrário - da Argentina; GeoUSP, Horizontes Antropológicos, Mercator, Mobilidade Humana, Sociedade & Natureza e Sociologias - do Brasil; Diálogo Andino, Eure e Norte Grande - do Chile; Anuário de História Regional, Bitácora, Cuadernos de Geografía, Desarrollo Rural, Perspectiva Geográfica e Territórios - da Colômbia; InterSedes - da Costa Rica; Novedades en Población - de Cuba; Estudios Demográficos y Urbanos, Estudios Fronterizos, Frontera Norte, Migración y Desarrollo, Migraciones Internacionales, Región y Sociedad e Pueblos y Fronteras - do México.

⁵ Além das situações retratadas na tabela 1, oito artigos correspondem a discussões teóricas e teórico-práticas em âmbitos nacionais ou gerais.

práticas de constituição do espaço próprio. Assim, por exemplo, a ação coletiva pode ser caracterizável para a ampla maioria dos casos. Mas, aspectos bastante singulares encontrados terminaram por sobrepujar para classificações diferentes, como o fato de que a ação coletiva esteja fortemente envolvida por conflito ambiental ou pela presença do etnoconhecimento.

Deste modo, as situações de Desenvolvimento Local, Cosmovisões e Etnoconhecimentos, em geral podem ser vistas como meios de constituição do espaço próprio. Opostamente, a categoria de Des(re)territorialização, é vista como tensões nesse processo. E, duplamente, como meio e tensão no processo, as situações de Ação Coletiva e Territorial, Conflitos Ambientais e Territoriais, Territorialidades Indígenas e Afroamericanas.

Para chegar até esta configuração, o levantamento bibliográfico que veio a compor o corpus analítico tomou por inspiração procedimentos usuais em Análise de Conteúdo, porém, iniciada de modo invertido, pois o software foi municiado com os termos originados da discussão teórica⁶. Assim, primeiramente, selecionaram-se as bases de periódicos em Ciências Humanas, Geografia e História. Posteriormente, aplicando-se os filtros com os termos adotados, passa-se à busca de artigos para o período escolhido (2010-2020). A indicação para a definição do intervalo de tempo justifica-se pela tendência de realização de estudos com abordagens sobre territorialidades locais ter presença mais significativa a partir de 2004 e maior concentração de publicações entre os anos 2009 e 2014 (Heidrich, 2017; 2021a).

A partir do corpus analítico definido, optou-se pela análise mediante a leitura e interpretação direta dos artigos. Isto porque, mesmo que os parâmetros da discussão teórica estejam presentes, nem sempre são os mesmos termos desta o que se encontra, mas, principalmente, os significados em palavras próximas a eles, ou pelas unidades de significação (Michelat, 1982) junto ao texto associado. A análise, assim elaborada, permite trazer para esta pesquisa, enredo, contexto e situação (Franco, 2008; Pádua, 2002). Chega-se, portanto, à classificação demonstrada (Tabela 1).

⁶ Ver aspectos das operações de busca em Kader e Richter (2013).

Tabela 1 – Situações no processo de constituição do espaço próprio na América Latina (2010-2020)

Situações	Países																				Totais	
	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		Cuba		Equador		Guatemala		México		Peru		República Dominicana			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Ação coletiva e territorial	7	6,6	3	2,8	2	1,9	2	1,9					1	0,9	7	6,6					22	20,9
Conflitos Territoriais e ambientais	3	2,8	3	2,8	2	1,9	3	2,8							3	2,9	1	0,9			15	14,3
Cosmovisões e etnoconhecimento	3	2,8	1	0,9	3	2,8					1	0,9			2	1,9					10	9,5
Desenvolvimento local	3	2,8	3	2,8	1	0,9	1	0,9	1	0,9	1	0,9			5	4,8	1	0,9			17	16,2
Desterritorialização e reterritorialização	3	2,8	6	5,7	3	2,8	1	0,9			1	0,9			5	4,8	2	1,9	1	0,9	22	20,9
Territorialidades Indígenas e afroamericanas	1	0,9	8	7,6	3	2,8	3	2,8			2	1,9			2	1,9					19	18,1
Subtotal	20	18,7	24	22,6	14	13,1	10	9,3	1	0,9	5	4,6	1	0,9	24	22,9	4	3,7	1	0,9	105	100

Fonte: o autor

Muito embora não se retrate a seguir, cada situação de espaços próprios em conquista, tensões ou perdas, pelos agrupamentos encontrados, apresento uma caracterização em que se agregam os processos e envolvimento das populações, comunidades ou instituições⁷, os temas, como nos procedimentos usuais da Análise de Conteúdo (Bardin, 2000).

3. Situações e dinâmicas na constituição de espaços próprios

3.1 Ação Coletiva e Territorial

Entende-se por Ação Coletiva “uma construção social gerada por atores relativamente autônomos para o alcance de objetivos comuns com orientações diferentes, mas potencialmente dispostos a cooperar” (Lugo-Morin, 2013, p. 159; tradução nossa)⁸ em conjunto. A presença e a ação em comum destacam-se por sua localização e experiência vivenciadas, não apenas possibilitando a referida ação, mas por terem se mesclado histórias e memórias. Com referentes territoriais, portanto.

A ação coletiva e territorial é a situação mais recorrente na busca pela constituição de espaços próprios. Há sensíveis variações desta prática, seja por seus objetivos ou problemas enfrentados. Destacam-se as apropriações de espaço para o habitar e a articulação entre vizinhos para o fortalecimento de suas identidades coletivas, a defesa e a patrimonialização de recursos ambientais e das atividades ligadas ao território, as organizações para a conquista ou consolidação da autonomia indígena, e as mobilizações e tensões das organizações populares e suas relações institucionais.

Apropriações de espaços para conquista de moradia são práticas bastante comuns nos países latino-americanos, em que populações de bairros populares ou de áreas de ocupação informal têm sido capazes de transformar relacionamentos, como incitar reflexões sobre a ordem social capitalista e a instituição da propriedade privada do solo urbano, realizar mediações para a aquisição de terrenos e moradias, permitir ressignificar o acesso ao solo como uso coletivo, promover encontros sobre problemas cotidianos, elevar a escolarização dos participantes do grupo, providenciar cursos profissionalizantes, fortalecendo as relações

⁷ O que segue em apresentação consiste em interpretação analítica, compreendendo-se situações abrangentes e variações. Desse modo, como muitos artigos que deram origem a elas não possuem citação ou referência direta, o leitor poderá verificar o corpus analítico por meio do seguinte link: <[Artigos sobre espaço próprio na América Latina](#)>.

⁸ No original: “una Construcción social generada por actores relativamente autónomos, para el logro de objetivos comunes con orientaciones diferentes, pero potencialmente dispuestos a cooperar”.

interpessoais, reconfigurando a participação passiva da população envolvida em agentes ativos (Kujawa; Zambam, 2018).

A migração de populações internamente à América Latina e, mais recentemente, de países da África Negra, tem impulsionado a prática da apropriação de espaços, de modo bem mais variado do que apenas pela busca de áreas para a habitação, mas também como autoafirmação de suas presenças e participação no seu território. De certa maneira, muitas dessas práticas se aproximam de uma *patrimonialização do território*, à medida que conferem ao grupo migrante o signo do lugar.

A ação coletiva por atores locais, como as protagonizadas por pequenos produtores constitui práticas que recuperam elementos endógenos ao território, como confiança, valores e conhecimentos comuns (López; Ocón; Ocampo, 2020). Ao se consolidarem como práticas territoriais, configuram para o grupo a autêntica patrimonialização de todo o âmbito envolvido, como na busca por certificações do que se produz e como se produz naquele território.

Tais processos, contudo, também denotam contrariedades e tensionamentos frente às brechas arrançadas em meio à ordem urbana dominante. Paralelamente à configuração dos grupos como atores criadores de espaços alternativos, as relações abertas e sistêmicas, tendem para a reprodução das práticas da impessoalidade, da acomodação que a vida urbana moderno-colonial proporciona, marcada pelo individualismo. Ela ocorre mesmo em áreas periféricas de povoamento por classes de baixa renda, quando a diferença sociocultural torna as relações de vizinhança mais esporádicas e circunstanciais. Apesar disso, as redes de relações são mais consistentes e proporcionam maior segurança quanto mais duradouro for o grupo de moradores desde a formação dos assentamentos.

A identidade comum é forte interveniente para a construção de vínculos sociais. Não sem dificuldade isto se alcança. Por exemplo, vive-se por meio da condição urbana situações que beiram à tensão no que se refere ao modo como se percebe diferencialmente o resíduo descartado, quando para uns é lixo e para outros é um recurso. Está em jogo nesses casos, não apenas a presença, mas as práticas espaciais desiguais e os imaginários de lados opostos. Enquanto o silêncio evidencia o estranhamento, o diálogo sobre a vivência na mesma experiência geográfica traz a possibilidade da aproximação.

Mobilizações que envolvem populações indígenas e camponesas têm se notabilizado no continente. Com distintas nomenclaturas locais, mas com bastante afinidade, tais mobilizações se caracterizam pela vivência da experiência comum, por ações para a melhoria da qualidade

de vida, defesa de práticas culturais e econômicas locais e a auto-organização para interlocução com as instituições políticas. Assim são as *juntas de ação comunal* na Colômbia (Mejía Escobar; Giraldo Marín; Martínez Salazar, 2020; Quijano Mejía; Alfonso León, 2020); as *juntas de autogoverno* nos estados de Oaxaca e Chiapas (México), que se mobilizam para alçarem maior independência municipal (Hernández Díaz, 2014; Stahler-Sholk, 2015), as manifestações para garantir os acordos de maior participação comunitária, culminando na concepção de *desenvolvimento próprio*, que passa a considerar as necessidades locais e maior controle da economia na Guatemala (Bastos; De León, 2015).

É em torno do alcance para demandas sociais que surgem situações em que a participação social faz ascender a atuação política, assim como gera o reconhecimento da organização coletiva. A supressão de formas tradicionais de uso do território envolve diretamente populações indígenas e tradicionais e, coincidentemente, impactam os ambientes naturais, usurpados por explorações indiscriminadas dos recursos. Porém, nem sempre se encontra confluência ampla para preservação do ambiente natural entre as populações locais, especialmente quando os modos de organização econômica mais individualizados se conflitam com os coletivos, como em Tabasco e Chiapas (México). Junto aos *ejidos*⁹ desta região ocorre escassa territorialização do capital social nas áreas de uso comum, fazendo com que os recursos, premidos pelas necessidades das formas individualizadas do lar e da família sejam super explorados e o ambiente natural ficar mais sujeito à destruição (Cervantes Salas *et al.*, 2020).

3.2 Conflitos territoriais e ambientais

Conflitos territoriais são historicamente comuns e bastante reincidentes na formação do espaço latino-americano. Tanto as populações originárias que tiveram seus espaços de reprodução usurpados, como também os segmentos populares que participaram de modo acessório às grandes explorações, veem-se continuamente em tensão e conflitos com o avanço das grandes explorações comerciais, orientadas pelas dinâmicas globais. É, como na interpretação de Milton Santos (1997) uma tensão entre verticalidades e horizontalidades. Neste levantamento anotaram-se três tipos básicos de conflitos ambientais: por inconformidade nas práticas políticas (ou, geopolíticas) de ordenamento dos territórios; entre

⁹ Área de uso comum por populações camponesas mexicanas, geralmente utilizada para o pastoreio.

práticas tradicionais e explorações comerciais deslocadas dos vínculos com as populações locais; e por processos impactantes de instalações exógenas.

As tensões e conflitos em função do padrão moderno-colonial de ordenamento territorial têm seu fundamento nos princípios de formalidade e de preparação do território latino-americano para o uso econômico de empreendimentos estranhos ao lugar¹⁰. Na fronteira entre México e Guatemala, ora as populações enfrentam tensões por se verem em distintas nacionalidades, ora se unem por seus vínculos étnicos e de parentesco ao adotarem práticas espaciais mais propícias para a reprodução de seu cotidiano (González, 2020). Com certa similaridade a este problema a introdução do parcelamento do solo em territórios quilombolas no Brasil, favorece a introdução de relações capitalistas, propagando-se prejuízo ao uso coletivo dos recursos ambientais (Souza; Chaveiro, 2019). Na Colômbia, grupos indígenas e camponeses em conflito com o Estado ocupam áreas protegidas dos Páramos, devido à entrada de empresas de exportação agroindustrial em suas terras (Avellaneda-Torres; Torres Rojas; Leon Sicard, 2015).

Os impedimentos para a realização de práticas tradicionais, seja na implementação de áreas protegidas (Monteiro; Pereira; Del Gaudio, 2012) ou zonas de revitalização urbana (Peimbert, 2019; Roldán; Godoy, 2020) têm gerado importantes mobilizações para manter acesso aos recursos naturais utilizados pelas populações locais (Botia Flechas; Preciado Beltrán, 2019; Hernández; Pedrotti, 2020).

Tais conflitos são predominantemente causados por atores exógenos aos territórios locais, frequentemente por grandes empresas exploradoras de minérios e recursos florestais, envolvendo apropriação de terras comunais ou impactando seus ambientes. O Estado, às vezes mostra-se ausente, estabelece modos de usos daquela área em que se permite a exploração exógena. Ou, ainda, no papel de implantador de infraestrutura territorial, também reproduz a ordem distante¹¹.

Aspectos como o impedimento de acesso à água e à realização do trabalho têm trazido dificuldade para a reprodução social das comunidades locais. As práticas reativas fazem surgir o ator endógeno, que se integra às mobilizações e potencializa a reapropriação do espaço. Por vezes, porém, as ações exógenas atuando como aliciadoras, geram tensões internas às

¹⁰ No sentido contrário à ordem próxima, não diretamente ligado ao ambiente próximo de reprodução da vida (biológica, social e cultural) das populações.

¹¹ Sobre a ordem distante, ver Lefebvre, *op. cit.*, 2013.

populações locais, como no caso da mineração na bacia do Rio Sambingo (Colômbia) (Mosquera-Vallejo; Espinoza, 2020).

O caso do generalizado conflito por terra na Comuna de Putaendo (Chile), por causa da mineração, repercute na mobilização dos atores locais afetados pelas mudanças nas condições materiais de suas atividades econômicas, repercutindo no universo simbólico compartilhado coletivamente (Palmisano, 2020). Em função do conflito presente, os camponeses atualizam suas memórias de luta pela terra, na qual

se condensa a territorialidade da comunidade e se evidencia que a disputa não se reduz ao controle de um espaço geográfico, senão que supõe a afirmação do “coletivo de criação” como digno e capaz. A “recuperação territorial” é, também, uma recuperação identitária. Os adjetivos implicam uma dupla operação de reconhecimento: por um lado, com a dignidade reclama-se o respeito a um modo de habitar o espaço diferente do hegemônico; por outro, com a capacidade reivindica-se um saber fazer idôneo para enfrentar a reprodução cotidiana da vida (*Ibidem*, 2020, p. e151, tradução nossa)¹².

3.3 Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local engloba um quadro diverso. Algumas situações são de adaptação ao mercado cada vez mais global por pequenos empreendimentos e outras, orientadas basicamente para a exploração de múltiplos recursos locais, agregando estratégias de coletivos, na maioria das vezes camponeses, assim como de práticas de ecoturismo e sustentabilidade. A endogenia explora o potencial do lugar, de seus recursos naturais, o saber fazer tradicional, soando como alternativo, e a demanda que ele pode contemplar ao mercado. Trata-se de certa redefinição do local em relação a suas possibilidades, como um desenvolvimento próprio.

O que se observa, no período analisado corresponde às saídas de conflitos locais, combinadas a estratégias de reapropriação dos territórios por meio da criação de novas atividades. A dinâmica tem aproximado as comunidades das instituições oficiais. No âmbito do ecoturismo rural, as novas atividades, além de proporcionar manter os camponeses no meio, contribui para a elevação dos ingressos econômicos e para o fortalecimento de seus vínculos de presença e memórias locais. As experiências camponesas nos projetos de desenvolvimento

¹² No original: “se condensa la territorialidad de la comunidad y se evidencia que la disputa no se acota al control de un espacio geográfico, sino que supone la afirmación del ‘colectivo criancero’ como digno y capaz. La ‘recuperación territorial’ es también una recuperación identitária. Los adjetivos conllevan una doble operación de reconocimiento: por un lado, con la dignidad se reclama el respeto a un modo de habitar el espacio diferente del hegemónico; por el otro, con la capacidad se reivindica un saber hacer idóneo para afrontar la reproducción cotidiana de la vida”.

local passam a reinventar as práticas coletivas, aproximando-as de gestões comprometidas com práticas de sustentabilidade (Flores; Trevisan, 2017). A tradição permanece importante em suas memórias, combinam fazeres que mantêm de longo tempo com as inovações e ampliam a pluriatividade comum à vida camponesa. Essas mudanças, contudo, não se fazem sem produzir tensões internas ao grupo envolvido (Martinez Valle, 2016) e com o que lhes estão no entorno (Cid-Aguayo Vanhulst; Rojas, 2019).

Tanto no âmbito das comunidades rurais tradicionais, como nas organizações cooperativas e de pequenas empresas, seja por programas de desenvolvimento local, como de buscas próprias de reformulação das atividades, o aspecto geral abrange a criação de alternativas econômicas. Elas atravessam, porém, um espaço duvidoso que as coloca entre a perpetuação de seus modos de reprodução e os fatores novos trazidos pelas mudanças de mercado. Tradição, comunitarismo, ganhos por qualidade frente a ganhos por produção, confiança e identidade frente a relações impessoais e parâmetros de certificação são fatores colocados em jogo (Craviotti, 2019; Staricco, 2018). Normalmente ocorre elevação de custos, às vezes implicando em valores difíceis de serem levantados, embora, por outro lado, traz-se o potencial de registros de cultura ou de origem que contrabalançam confiança e/ou certificação.

3.4 Des/re/territorialização

O território, como temos visto, envolve situações instáveis e, apesar da solidez aparente que os mapas transmitem, está sempre sujeito às relações que o constituem. Territórios formais, como os dos estados nacionais não são únicos, pois as relações que os grupos humanos possuem com seus espaços vividos, à medida que envolvem relações de poder informais, também resultam nessa relação (Raffestin, 2019). Mesmo que também estejam sujeitas a instituições políticas e relações econômicas, igualmente expressam vínculos com as territorialidades vividas (Heidrich, 2021a; 2021b). Perder vínculos com elas implica no desmanche dessa importante relação, seja por deslocamentos físicos compulsórios ou mudanças drásticas de meio nas áreas habitadas. Muito embora possa se realizar de forma lenta, um novo vínculo se produz, seja por dinâmicas de luta e conquista ou subordinação a espaços dominados hegemonicamente. É o que se observou neste levantamento, envolvendo afetações materiais e simbólicas, mudanças de lugar e construção de novas territorialidades.

A desposseção de terras, de habitação e uso tradicional, é um dos processos mais comuns no continente. Em geral são provocadas por grandes empreendimentos de exploração

florestal, mineradora e projetos de “revitalização” urbana. Em todos os casos registra-se a convivência do Estado ou sua ação direta. A aliança entre Estado e empreendimentos privados, durante o século XIX em projetos de colonização foram responsáveis pela introdução da propriedade privada e o consequente desalojamento das populações originárias e tradicionais de seus lugares de habitação e das oportunidades econômicas em surgimento. Nos tempos atuais os impactos ambientais têm sido também causadores desse dilema aos povos do continente. Às vezes por implicações diretas nas regiões de exploração econômica, mas também pelas causas globais da mudança climática, como o que ocorre com as comunidades Vicos e Humacchuco no Vale de Ancash, da Cordilheira Branca (Peru). Neste caso, desastres aparecem como detonadores da desterritorialização. Na busca por um novo local

a escolha de um lugar seguro para habitar pelas comunidades campesinas é a principal estratégia de adaptação às mudanças ambientais e é mais uma prática vinculada a uma herança ancestral das civilizações pré-colombianas do que um senso moderno de preocupação em relação à áreas de alto risco (Figueiredo *et al.*, 2019, p. 19).

Deslocar-se de suas terras, mas ao mesmo tempo permanecer com vínculos a elas é outro aspecto da realidade das populações ao encontro de alternativas para saírem da pobreza, de ambientes de violência ou ausência de perspectivas. Retornos temporários são estratégias de conservar suas culturas e manter vivas suas memórias. Às vezes, aproximarem-se de grupos com alguma afinidade, como no caso de instituições religiosas, ou formarem comunidades étnicas no novo lugar, são estratégias presentes. De qualquer forma, manterem-se no novo território não é algo plenamente assegurado. Em muitos casos é bastante complexo obter cidadania política ou o pertencimento cultural, como entre os imigrantes haitianos na República Dominicana, que pela dificuldade de obterem documentos oficiais para seus filhos, necessitam mantê-los matriculados em ambos os países (Coulange Méroné; Torre Cantalapiedra, 2020).

O deslocamento das populações, seja por causa de adversidades em que os grupos são forçados a se afastarem de seus territórios, ou por estratégias em alterar para melhores expectativas, confluem para a desreterritorialização de tipo migratória. Mas, ela também ocorre sem tais deslocamentos, como nos casos de ocupação de interstícios ou bordas urbanas, reassentamentos e mudanças técnicas causadoras de alterações no meio geográfico, que requerem mobilizações táticas para adaptações a suas territorialidades vividas. Nas situações de fricção interétnica as relações de ajuda mútua e as práticas e intercâmbios culturais têm sido dispositivos alçados como estratégia reconstrutora de vínculos. Uma situação bastante

singular, embora muito representativa das estratégias de adaptação às mudanças de meio registrou-se entre camponeses tradicionais do município de Ibiúna, no Estado de São Paulo (Brasil). Eles adotaram estratégias para se manterem em seus lugares de reprodução, adaptando-se às novas realidades. Buscando preservar as condições econômicas, abandonaram o catolicismo rústico e vincularam-se ao pentecostalismo. Ampliaram a rede de sociabilidade com os vínculos que estabeleceram com a irmandade acolhida e, assim, fortaleceram suas trocas e relações de ajuda mútua. Porém, mantiveram aspectos culturais que lhes são caros, como o respeito à ancestralidade e a guarda de sua memória, assegurando-se de marcadores de identidade e vínculo ao lugar (Santiago, 2018).

A segregação espacial tem implicações diretas para a constituição do espaço próprio das comunidades locais. O fato é particularmente evidenciado nas ocupações informais de espaços urbanos ou implantação de conjuntos residenciais populares, nos quais delinea-se importante diferenciação social. Os grupos se aproximam e mantêm redes de relações mais fortes entre parentes, amigos e vizinhos e, quando estendidas ao conjunto habitacional, tendem a manter as interações diferenciadas em relação à cidade. As configurações físicas e simbólicas desses autênticos territórios, seja pela concepção de seus relativos confinamentos, seja pelas percepções de seus habitantes e dos cidadãos, tendem a inibir a sociabilidade (Moctezuma Mendoza, 2017).

As percepções se tornam afetadas pela diferenciação à medida que a urbanidade com desigualdade vai se desenrolando. Em geral os moradores dos territórios de ocupação informal e dos conjuntos habitacionais populares possuem percepções topofílicas para o interior desses espaços, enquanto o estigma que carregam por constituírem espacialidades populares expressam topofobia em relação a eles. Por outro lado, uma causa comum entre grupos distintos socialmente, embora possa ser rara, é passível de aproximá-las. No Noroeste de Quito, onde recentemente se gerou uma aliança entre residentes em oposição a um projeto de mobilidade, observa-se que a proximidade dos lares incide positivamente na formação de vínculos sociais, assim como em relação ao território. A população de dois bairros distintos socialmente uniu-se para não aceitar o projeto de transporte por teleféricos. Desta forma, passaram a desenvolver relações de união e solidariedade, ainda que mantenham distância em termos culturais, relações de vizinhança escassas, individualismo e apatia, típicos da modernidade. Mas, a causa específica os aproxima e promove certa identidade e a representação de que fazem parte de um mesmo interesse (Parrado Rodríguez, 2020).

3.5 Cosmovisões e Etnoconhecimentos

As territorialidades vividas nem sempre são antagônicas às territorialidades formais. Muitas vezes estas podem garantir a própria existência das vividas. Outras vezes, estas relações impõem o conflito com os modos simples de reprodução da vida, pelas práticas tradicionais, por saberes originários e cosmovisões implicadas por relações mais envolventes com os meios menos preenchidos de artificialidades.

O etnoconhecimento está amplamente associado à ancestralidade própria do continente, como também pela vivência tradicional das populações e por seu respeito ao meio ambiente. Contudo, suas memórias necessitam ser revividas, mediante práticas a serem demonstradas, para reivindicarem reconhecimento. Por vezes a situação de carência reproduz o que foi vivido por seus ancestrais, porém o que as mantém nessa condição na atualidade é o abandono pelas instituições oficiais. Por outro lado, encontram-se situações de aliança com setores da sociedade que viabilizam suas presenças e práticas, como decorre com o povo tepozteco (México), mediante a organização de informações que os associa à capacidade de orientação espacial nas atividades de turismo, por meio da construção de relações de identidade. Demonstrando-as ao se deslocarem e se localizarem no território, encontram e fortalecem seu lugar no mundo. O povo questiona sistematicamente o princípio de autoridade “contradizendo o mito de consenso sobre a modernização e o desenvolvimento econômico colocados por grupos hegemônicos”¹³ (Valenzuela-Aguillera, 2017, p. 248, tradução nossa). A localidade de Tezpotlán constitui-se em fronteira cultural composta por grupos de artistas, intelectuais e políticos, que encontram pela organização de redes de contato o referente de um ecologismo popular que se contrapõe à implantação de um clube de golfe.

A América Latina compreende juntamente com suas populações originárias, também aquelas que para ela foram traficadas e as que migraram em busca de oportunidades de trabalho ou exploração econômica. Cosmovisões também se mestiçaram, como as populações caboclas no Brasil e os campesinos mestiços na América de língua hispânica. A sobreposição destas populações às identidades nacionais, além de lhes causarem invisibilidades, referenda a aglutinação dos interesses das empresas capitalistas modernas a um imaginado interesse nacional que as mantém indissociadas de seus espaços próprios. Todavia, as marcações das práticas ancestrais e tradicionais podem ser encontradas vivas nas paisagens (Álvarez Abel;

¹³ No original: “contradiciendo el mito de consenso con respecto a la modernización y desarrollo económicos planteados por los grupos hegemónicos”.

Ther Ríos, 2016), como também pelas memórias dos camponeses anciãos (Rodríguez Martinez, 2017). Assim como se dá, por exemplo, a transferência da denominação do povo Camanchaca à neblina costeira que ocorre no Norte Chileno (Escobar; García, 2017).

O conhecimento de ervas medicinais, as lendas e as práticas simbólicas ligadas ao espaço vivido, bem como o uso dos recursos do meio para a reprodução das comunidades tradicionais, mesmo sendo seus marcadores de vínculo territorial, têm sido esmaecidos como etnoconhecimento nas ocasiões em que se instauram as áreas protegidas limitantes ao livre acesso. Os trajetos não são comumente reconhecidos como registros que auferem ligação formal para o reconhecimento dos vínculos entre determinados sítios aos grupos que deles fizeram uso, como no caso dos *paraderos* da Patagônia Argentina (Bocco *et al.*, 2019), mas apenas no âmbito das suas culturas.

3.6 Territorialidades indígenas e afroamericanas

Em termos de intercâmbio com as sociedades nacionais, os povos indígenas latino-americanos possuem notáveis variações. Alguns possuem relações de longo tempo com as sociedades moderno-coloniais, enquanto outros situam-se mais distantes de suas dinâmicas. Enquanto as populações indígenas de muitos países de língua hispânica possuem maior participação na composição étnica de suas nações, no Brasil esse fato é bem mais regionalizado, sendo o Sul e o Sudeste proporcionalmente com menor presença de etnias indígenas. As populações negras trazidas para a América Latina de forma subjugada, compõem significativamente o espectro populacional de vários países do continente¹⁴. O Brasil, por exemplo, possui o segundo maior contingente de população negra no mundo. Situações de segregação e racismo são bastante comuns entre ambas essas populações e as culturas de elite. Por isso, encontra-se bastante presente a demanda e luta por participação, reconhecimento e seus espaços próprios. Embora, comparativamente, tenhamos recolhido menor número de relatos de pesquisa das populações negras em relação às indígenas, obteve-se registros de que no Brasil e na Colômbia os dilemas destas populações estão muito presentes no cotidiano destas populações e apresentam aspectos bastante similares às demandas indígenas.

¹⁴ No Brasil e na Venezuela, compõem mais de 50% da população; Colômbia Costa Rica, Panamá e Uruguai possuem contingentes que variam entre 8 e 10%; Entre os países do caribe que possuem dados da pesquisa em relato, Cuba conta com cerca de 35% e República Dominicana e Haiti com mais de 90%. Cf. Banco Mundial (2018).

As ligações entre estas populações e o território soam tão naturais tanto por suas marcas na paisagem como, igualmente, pela presença de memórias territoriais e ambientais em suas culturas. É bastante justo denominar seus saberes por *etnogeoconhecimento*. Nem sempre estas vinculações se restringem a uma terra concedida oficialmente, mas fazem parte de amplas regiões relativas a seus deslocamentos, repercutindo em toponímias relativas a seus conhecimentos etnoecológicos. Mesmo que as geografias sejam transformadas e urbanizadas, há marcas físicas ou memoriais nas terras indígenas que fundaram seus estabelecimentos. Também, a construção de espaços coletivos tem permitido o encaixe de suas presenças nas cidades, possuindo referentes, mesmo que invisibilizados, ao que lhes são próprios.

Na região de Pastaza e Amazônia do Equador, seis comunidades Quéchuas têm sido objeto de atenção governamental com a intenção de adoção de seus bioconhecimentos para substituir o uso de contaminantes em atividades agrícolas. Essas comunidades mantêm sua identidade e sistemas de conhecimento do meio amazônico, permitindo afirmar que a biodiversidade, a cultura e o território estão implicados mutuamente (Arias-Gutiérrez; Sorzano; Sousa, 2016). No território quilombola de Brejo dos Crioulos a comunidade domina um sistema próprio de estratificação dos ambientes, cuja identidade possibilita ampla referência e articulação ao conhecimento científico acadêmico.

A capacidade de observação e a percepção dos componentes ambientais se traduz no cotidiano das populações tradicionais, tanto nos aspectos práticos (*práxis*), como a compreensão do manejo adequado para cada tipo de terra e ambiente (*corpus*), bem como a sua ligação com os aspectos culturais e acepções cognitivas (*Kosmos*), ligadas inclusive às nomenclaturas das localidades, objetos, apelidos e outros (Matos, 2014, p. 508, grifos no original).

É possível reconhecer pelas vivências dessas comunidades, o sentido de *comunalidade*, como denominam alguns povos indígenas de Michoacan (México), para os quais pensamento e ação se encontram interligados e associados a uma autodeterminação e trabalhos comunitários. Muito embora não se encontre o mesmo em outros territórios indígenas do mesmo estado, entre os quais os grupos de autodefesa não tiveram sucesso em conter o avanço de grandes empresas. Não tem sido suficiente intitular-se indígena para que se garanta a seguridade das comunidades (Cendejas; Arroyo; Sánchez, 2015), mas em geral ocorre o contrário. Não sendo suficiente a consciência, a prática e a mobilização das próprias populações, alcançar reconhecimento oficial pode ser sua salvaguarda. A combinação entre saber tradicional e etnoecologia é o que permite não se submeter a esquemas monocultores do chamado

agronegócio, como fazem os camponeses negros da comunidade rural de engenho Siqueira em Pernambuco (Brasil), que associam a apropriação coletiva da terra aos seus simbolismos, garantidos pelo reconhecimento oficial de quilombo (Araújo, 2012).

Tanto as territorialidades vividas indígenas como as afroamericanas necessitam de seus reconhecimentos oficiais. Para perpetuarem como espaços próprios de suas comunidades e grupos, aceitar as territorialidades formais e serem acolhidas por estas pode garantir proteção em relação ao avanço das atividades econômicas e especulativas predatórias do meio ambiente e usurpadoras dos territórios onde se desenrolam os usos tradicionais dos recursos. Vai ocorrendo uma espécie de trama dialética à medida em que as territorialidades formais ora podem se configurar em dispositivo para assegurar as territorialidades vividas, ora pode ser o meio que lhes causam desalojamentos ou usurpações. Quando, por exemplo, as externalidades econômicas nas regiões dessas populações originárias e tradicionais invadem esses espaços oferecendo vantagens econômicas, combalem a coesão interna causando tensão entre os interesses na perpetuação dos modos de vida locais, seus valores e práticas cotidianas.

O reconhecimento dos territórios indígenas e afroamericanos costumam passar por trâmites morosos nos diferentes países do continente. O não reconhecimento das territorialidades vividas pela territorialidade formal implica em manter o risco de usurpações. Explorações minerais, legalizadas ou não, têm sido comuns no continente, inclusive com as afetações expandidas além território por causa de contaminações ambientais. O desmantelamento territorial originário face ao avanço de técnicas e usos moderno-coloniais introduz termos e denominações à maneira de uma descartografia de suas populações. As cartografias e as formalidades cartoriais introduzidas sobre os espaços das territorialidades vividas têm proporcionado negociações fundiárias desfavoráveis obstaculizando processos de reconhecimento formal.

Contudo, as cosmovisões, as práticas espaciais e as memórias passadas oralmente de geração a geração ainda assim podem ser o combustível em busca da reapropriação de seus espaços. As comunidades Aymaras do Norte Chileno passaram por profundas transformações, envolvendo deslocamentos, êxodo rural e vivências de intercâmbio econômico. Já não se concebem por sua copresença étnica pura, mas por vínculos a suas comunidades originárias, às comunidades econômicas locais e ao acolhimento de novas dinâmicas de organizações de base. Organizam-se em *juntas de vizinhos* e buscam a municipalização do espaço pré-cordilheiro e andino como meio de retomada. Nos espaços urbanos trabalham para o fortalecimento da

identidade vinculada às localidades rurais de origem, por meio de associações econômicas e culturais (Romero-Toledo, 2018).

Os indígenas Siona, que ocupam a região fronteiriça entre Equador e Colômbia, tratam a ocupação de seu território ancestral como lugar de pertencimento e relações de intercâmbio, enquanto o governo colombiano expressa preocupação pelo controle do território estatal. Em meio a conflitos com novos assentamentos, eles expressam sua territorialidade como uma conduta territorial. Recordam-se da ocupação mediante eventos críticos que transcorreram, circulando pela região. Diferenciando suas presenças das prerrogativas geopolíticas, afirmam que mesmo que se deslocassem, permaneciam em área próxima e asseguravam a mesma denominação. Assim, a territorialidade se vincula tanto ao meio biofísico, como ao invisível e ao emotivo, diferindo das representações de Estado (Mongua Calderón; Langdon, 2020).

No Vale del Patía (Colômbia) ocorreram a extração ilegal de minérios e a espoliação das populações negras por latifundiários. Isto foi acontecendo por causa do pouco valor que o negro patiano dava à propriedade da terra, pois em sua tradição a atividade agrícola constitui-se em exploração coletiva, sem delimitações. Roças e montanhas, por exemplo, são descrições moderno-coloniais. Os patianos vão mantendo suas práticas de r-existências¹⁵, por meio de vínculos simbólicos-materiais próprios. Muitos patianos que possuem pequenos estabelecimentos de pecuária lindeiros a grandes fazendas de gado, abrem passagem pelas cercas para que suas vacas tenham acesso à pastagem entre as cinco da tarde e cinco da manhã. Já, frente à mineração ilegal, em que compreendem sua fragilidade em termos de relações de força, optam pelo silêncio, muito embora venham elaborando manifestações de rechaço (Mosquera-Vallejo, 2020).

A constituição de espaços apropriados tem extrapolado as causas locais e passam a se converter em práticas articuladas por mobilizações das populações negras, pelo antirracismo e reconhecimento de seus territórios, e indígenas, pelas retomadas de suas terras originais, tanto na América de língua hispânica como luso-brasileira.

4. Considerações finais

Documentou-se acima a ocorrência de situações em construção ou de espaços já apropriados, com condução bastante autônoma entre os anos de 2010 e 2020 na América

¹⁵ Ver o termo R-existência em Cattaneo, Câmara e Silveira (2021).

Latina. Reuniu-se um contingente importante de referências em que a organização do espaço local e as relações internas estivessem orientadas para a produção de um espaço diferencial (Lefebvre, 2013). Esses espaços, às vezes soaram como alternativas, outras como espaços resilientes às subjugações sistêmicas, outras como movimentos de reivindicação ou luta para lograrem certa autonomia.

São experiências já tornadas conhecidas, mesmo que nem todas constituam movimentos amplos e espalhados. Envolvem populações indígenas, negras, camponesas, classes populares em periferia urbana e situações em antagonismo com as dinâmicas reprodutoras da ordem distante (Lefebvre, 2013). Relatam-se relações de vividos intensos em geografias profundamente afetadas por domínios formais. Observou-se que nem tudo se dá em uma só direção, pois há importante presença de tensões e contradições. Inclusive em situações internas às comunidades e grupos, denotando conflitos entre a produção do autêntico, próprio, e a subsunção ao externo. O universo das negociações com as instituições formais foi registrado, assim como pela atuação destas, algumas perdas de articulação local-comunitárias.

Predominantemente, nota-se que a dinâmica de ação coletiva se efetiva com bastante evidência pelo que é vivido localmente, permitindo-se concebê-la como ação coletivo-territorial. Essa dinâmica é denotada amplamente nas situações analisadas, como nos casos de reterritorialização, territorialidades indígenas e afroamericanas, e nos agenciamentos de desenvolvimento local. Outra observação importante refere-se à presença de situações de conflitos ambientais, notadamente aquelas que afetam comunidades tradicionais e que se organizam para ter alguma influência na defesa dos recursos de seus territórios, essenciais a práticas cotidianas e acesso ao meio próximo. Trata-se de um contexto que se torna referencial para a interpretação de geografias insurgentes, que se põem em paralelo e tensionam com o ordenamento territorial.

5. Apoios recebidos

A pesquisa fonte do presente artigo foi realizada sob fomento do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante a vigência do projeto no período de março de 2020 a fevereiro de 2024.

6. Referências

ALVAREZ ABEL, R.; THER RIOS, F. Fragmentos de una cosmovisión mestiza asociada al acceso y uso del entorno costero en el archipiélago de Chiloé. **Diálogo Andino**, n. 49, p. 123-129, 2016.

ARAUJO, M. G. A comunidade remanescente do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana De Geografía**, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 99-114, jan-jun. 2012.

ARIAS-GUTIERREZ, R. I.; HERRERA SORZANO, A.; GONZALES SOUSA, R. Poblamiento indígena amazónico y desarrollo local en Pastaza, Ecuador. **Novedades em Población**, n. 23, p. 24-34, 2016.

AVELLANEDA-TORRES, L. M.; TORRES ROJAS, E.; LEÓN SICARD, T. E. Alternativas ante el conflicto entre autoridades ambientales y habitantes de áreas protegidas en páramos colombianos. **Mundo Agrario**, v. 16, n. 31, s/p, abr. 2015.

BANCO MUNDIAL. **Afrodescendentes na América Latina: rumo a um mundo de inclusão**. Washington DC: World Bank, 2018, 131p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1ª ed. Trad. Luis Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2000 [1977], 225 p.

BASTOS, S.; DE LEON, Q. Guatemala: construyendo el desarrollo propio en un neoliberalismo de pós-guerra. **Pueblos Y Fronteras**, v. 10, n. 19, p. 52-79, jun-nov. 2015.

BOCCO, G. *et al.* Lugar y sentido de lugar en un camino de la costa atlántica patagónica, 1950-1970. **Región y Sociedad**, n. 31, p. e1127, 2019.

BONNEMAISON, J. ; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial : entre frontières ET identités. **Géographie et Cultures**, n. 20, p. 7-18, 1996.

BOTIA FLECHAS, C. J.; PRECIADO BELTRANZ, J. Resiliencia comunitaria: defensa del agua y del territorio en la cuenca del río Sumapaz, Colombia. **Perspectiva Geográfica**, v. 24, n. 1, p. 13-34, 2019.

BOURDIEU, P. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BUTH, F.; CORREA, W. K. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 152-172, 2006.

CATTANEO, D.; CAMARA, M. A.; SILVEIRA, R. F. (org.). **Geografias da R-existências**. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021, 298p.

CENDEJAS, J. M.; ARROYO, O.; SANCHEZ, A. Comunalidad y buen vivir como estrategias indígenas frente a la violencia en Michoacán: los casos de Cherán y San Miguel de Aquila. **Pueblos y Fronteras**, v. 10, n. 19, p. 257-284, 2015.

CERVANTES SALAS, M. P.; AGUILAR RODRIGUEZ, A.; LOPEZ, D. M.; SAAVEDRA GUERRERO, A. Territorialización del capital social: apropiación forestal comunitaria en la frontera entre Tabasco y Chiapas. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 35, n. 1 (103), p. 9-50, jan-abr. 2020.

CID-AGUAYO, B.; VANHULST, J.; ROJAS, C. Retroinnovación y sustentabilidad socioecológica: el caso de quesos campesinos de leche cruda en el Golfo de Arauco, Chile. **Mundo Agrario**, v. 20, n. 44, p. e119, 2019. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe119/11251>. Acesso em: 7 jun. 2024.

CLAVAL, P. Le territoire dans la transition a la Postmodernite. **Géographie et Cultures**, n. 20, p. 93-112, 1996.

COULANGE MERONE, S. ; TORRE CANTALAPIEDRA, E. Estrategias de familias migrantes haitianas para sus hijos ante las políticas antiinmigrantes de República Dominicana. **Migraciones Internacionales**, v. 11, n. 1, p. 1-23, 2020.

CRAVIOTTI, C. El territorio en/de las pymes lácteas en Argentina. **Estudios Socioterritoriales**, n. 26, p. e029, 2019. Disponível em: <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/estudios-socioterritoriales/article/view/493>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ESCOBAR, M.; GARCIA, M. Camanchaca. Flujos etnonímicos y neblineros en la costa norte de Chile. **Revista de Geografía Norte Grande**, v. 68, p. 11-32, 2017.

FIGUEIREDO, A. R. *et al.* Percepções e adaptações às mudanças climáticas na Cordilheira Branca, Peru. **Sociedade & Natureza**, n. 31, p. 1-23, 2019.

FLORES, B. N.; TREVISAN, S. D. P. Ecovila como alternativa de organização socioambiental sustentável: uma avaliação de Piracanga, Bahia. **Sociedade & Natureza**, v. 29, n. 3, p. 455-467, 2017.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3ª ed., Brasília: Liber Livro Editora, 2008, 79 p.

FÜHR, G.; ARAUJO, R. W.; Heidrich, A. L. O passivo demarcatório e o movimento de retomadas indígenas: estratégias vividas na luta pela terra no Rio Grande do Sul. In: Costa, J. M *et al.* (Org.). **Políticas socioambientais da esperança: coexistências, resistências e mobilizações**. Curitiba: Editora CRV, 2022. p. 255-277.

GOETTERT, J. D.; MONDARDO, M. L. O Brasil Migrante: gentes, ugaes e transterritorialidades. **GEoграфия**, v. 11, n. 22, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geografia/article/view/13573>. Acesso em: 26 fev. 2026.

GONZÁLEZ, L. M. Acuerdos y conflictos en dos localidades fronterizas Chuj entre México y Guatemala. **Frontera Norte**, v. 32, 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2004, 400 p.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (Org.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-44.

———. Vínculos territoriais: discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **Geographia**, Niterói, v. 19, n. 39, jan-abr. 2017.

———. A mediação dos vínculos territoriais para a construção coletiva de espaços do viver”, In: CATTANEO, D.; CÂMARA, M. A.; SILVEIRA, R. S. (Org.). **Geografias das re-existências**. Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021a. p. 61-86.

———. Estabelecimento, acontecimento, conhecimento: as territorialidades negras são, por seus elos, daqui mesmo. In: PIRES, C. L. Z.; BITENCOURT, L. M. (Org.). **Atlas da presença quilombola em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Letra1, 2021b. p. 619-636.

HERNÁNDEZ DÍAZ, J. El ámbito local comunitario: una afirmación de la autonomía indígena, **Revista Pueblos y Fronteras**, v. 8, n. 16, 2013.

HERNANDEZ, I. M.; PEDROTTI, C. I. Apropiación y control de recursos en la expansión urbana: La periferia metropolitana como espacio de disputa entre actores sociales. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 35, n. 2 (104), p. 479-516, mai-ago. 2020.

KADER, C. C. C.; RICHTER, M. G. Linguística de corpus: possibilidades e avanços. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, jan-jun, p. 13-23, 2013.

KUJAWA, H. A.; ZAMBAM, N. J. Conquista da moradia no loteamento Canaã em Passo Fundo, Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17031, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/mercator/a/NzCKXCsz8Rzx5rTqrx6NGS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Trad.: Emílio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974], 451 p.

LIMA, G. D.; GIANASI, L. M. Etnoterritorialidade quilombola de Macuco no município de Minas Novas e Chapada do Norte/Vale do Jequitinhonha-Minas Gerais, Brasil. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 1, p. 37-63, 2011.

LÓPEZ, F. F. H.; OCÓN, H. B. F.; OCAMPO, G. S. V. Acción colectiva territorial en el contexto fronterizo México-Guatemala. Productores de limón persa del Distrito de Riego San Gregorio. **Región y Sociedad**, v. 32, e1391, 2020. Disponível em;
<https://www.scielo.org.mx/pdf/regsoc/v32/1870-3925-regsoc-32-e1391.pdf>. Acesso em: 18 set. 2024.

LUGO-MORIN, D. La acción colectiva rural en los sistemas productivos dinámicos. **Revista de Estudios Sociales**, n. 47, p. 168, set. 2013.

MARTIN, J. Uma geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do MST. **Terra Livre**, v. 18, n. 19, p. 11-36, 2002.

MARTINEZ VALLE, L. Territorios campesinos y reforma agraria: el caso de las cooperativas indígenas de la sierra ecuatoriana. **Mundo Agrario**, v. 17, n. 35, p. e019, 2016.

MATOS, L. V. O conhecimento local e a etnopedologia no estudo dos agroecossistemas da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos. **Sociedade & Natureza**, v.26, n.3, p.497-510, 2014.

MEJÍA ESCOBAR, B. M.; GIRALDO MARÍN, L.; MARTÍNEZ SALAZAR, B. Las configuraciones de la convivencia y sus imaginarios: estudio en tres barrios de Armenia (Quindío). **Territorios**, v. 43, p. 1-2, 2020.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3ª ed. São Paulo: Polis, 1982. p. 191-211.

MOCTEZUMA MENDOZA, V. Experiencia y significados simbólicos de los habitantes de conjuntos urbanos de interés social en México: segregación, diferencia y distinción. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 32, n. 3, p. 487-514, 2017.

MONGUA CALDERON, C.; LANGDON, E. J. La etno-etnohistoria de los procesos de ocupación y afirmación territorial de los Tucano occidentales del río Putumayo. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 58, p. 219-255, 2020.

MONTEIRO, F. T.; PEREIRA, D. B.; DEL GAUDIO, R. S. Os (As) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas: entre ideologias e territorialidades. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 3, p. 419-434, 2012.

MOSQUERA-VALLEJO, Y.; PAULSEN ESPINOZA, A. Geografía del extractivismo: conflicto socioambiental en el Río Sambingo. Reflexiones desde la ética ambiental. **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografía**, n. 27, e043, jan-jun. 2020. Disponível em; <https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/estudios-socioterritoriales/article/view/620/575>, acesso em 16 agosto 2024.

PADUA, E. M. M. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões metodológicas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 13, p. 21-30, nov. 2002.

PALMISANO, T. Conflictos socioambientales y territoriales en espacios rurales de la comuna de Putaendo (Chile). **Mundo Agrario**, v. 21, n. 48, p. e151, 2020. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe151/13345>. Acesso: 10 jun. 2024.

PARRADO RODRIGUEZ, C. Proximidad espacial e integración social: aportes y debates desde Quito. **Territorios**, n. 43, p. 1-31, 2020.

PEIMBERT, A. Tensiones sincopadas y narrativas paradójicas sobre el espacio público en una ciudad fronteriza. **EURE**, v. 45, n. 136, p. 255-276, 2019.

QUIJANO MEJÍA, C.; ALFONSO LEÓN, D. Colonización campesina, identidad y acuerdos comunitarios: la Línea Amarilla como experiencia de protección del bosque. **Territorios**, n. 42, p. 1-23, 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Lion: ENS Editions, 2019, 233 p.

RODRIGUEZ MARTINEZ, Y. J. «Ni pobres ni ricos, vivimos bien». La lógica del desarrollo y el buen vivir en Ek Balam, Yucatán. **Pueblos y Fronteras**, v. 12, n. 23, p. 22-45, 2017.

ROLDAN, D.; GODOY, S. Conflictos territoriales y culturales en la renovación del frente costero, Rosario (Argentina). **EURE**, v. 46, n. 138, p. 95-116, mai. 2020.

ROMERO-TOLEDO, H. Etnicidades, etno-territorios y conflictos mineros: aportes para una geografía humana de los Aymaras en Chile. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 71, p. 211-234, 2018.

SANTIAGO, C. O. Territorialidade de sitiantes tradicionais no estado de São Paulo. **Mercator**, n. 17, p. e17017, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 308 p.

SOUZA, L. B.; CHAVEIRO, E. F. Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 31, p. 1-26, 2019.

STAHLER-SHOLK, R. Resistencia, identidad, y autonomía: la transformación de espacios en las comunidades zapatistas. **Revista Pueblos y Fronteras**, v. 10, n. 19, p. 199-227, jun-nov. 2015.

STARICCO, J. I. ¿Puede Fairtrade institucionalizar relaciones socioeconómicas alternativas? **Estudios Socioterritoriales**, n. 23, p. 45-65, 2018.

VALENZUELA-AGUILERA, A. La construcción de redes identitarias en Tepoztlán, México. **Cuadernos de Geografía**, v. 26, n. 2, p. 243-260, 2017.

VERMEERSCH, S. Liens territoriaux, liens sociaux : le territoire, support ou prétexte? **Espaces et sociétés**, Paris, n. 126, p. 53-68, 2006.

